

# “UNIDADE NA DIVERSIDADE”

## Pastora Romi Bencke

• *Por Sara Baptista* •

Romi Márcia Bencke nasceu com uma vocação. A menina gaúcha descendente de alemães já sabia que em seu futuro a religião ocuparia um papel maior do que o representado pelas idas aos cultos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Igreja esta que, como a família de Romi, veio ao Brasil por meio da migração alemã e se estabeleceu no sul do país.

Quando pequena, Romi certa vez perguntou ao pastor se mulheres também poderiam ser pastoras. Ao ouvir uma resposta afirmativa, ela decidiu: “então é isso que eu vou ser”. Aos 14 anos, Romi foi estudar em um internato da igreja em Ivoti, Rio Grande do Sul, para seguir o sonho que não era mais apenas dela, e sim de toda a comunidade que a abraçou. Lá, fez o curso de tradução, intérprete e pré-teológico, que era uma preparação para a faculdade de teologia. Ao terminar o curso, no entanto, mudou de planos e resolveu voltar para casa. “Eu decidi que eu não tinha maturidade, não me sentia preparada para ir para a teologia, aí eu voltei para casa, frustrando minha família e também a comunidade de fé”, diz.

Depois de pouco mais de dois anos trabalhando como professora em um colégio, sua vocação voltou a chamá-la e ela decidiu finalmente cursar teologia. Na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Romi entrou em contato não apenas com o estudo das diferentes religiões, mas com o papel social exercido por elas e pelas igrejas.

A partir do contato com a teologia da libertação, ela começou a se envolver em ações sociais e usou sua vocação para um propósito ainda maior: a defesa dos direitos humanos. O lema

“unidade na diversidade”, repetido sempre que possível, não é apenas uma frase de efeito, mas um guia para sua atuação em um meio que, talvez contraditoriamente, é muitas vezes marcado por conflitos.

Na faculdade, no início dos anos 1990, Romi e seus colegas colocaram em prática a ideia de ação social e criaram um grupo de apoio às pessoas soropositivas da cidade de São Leopoldo. Na época, as informações sobre o HIV e a aids ainda eram muito incipientes no Brasil e, por isso, conta ela, “na igreja, o pessoal ficou maluco, porque é óbvio que tinha muito preconceito. Quando ficaram sabendo que tinha estudantes de teologia fazendo esse tipo de intervenção, teve muita reclamação, mas a gente encarou a briga”. A experiência que marcou sua vida também a apresentou a outras realidades como a das trabalhadoras do sexo e a discussão sobre sexualidade, que naquela época ainda era muito limitada.



Depois de formada, Romi estudou e trabalhou com o ecumenismo, tentando encontrar formas de unir as diferentes religiões em prol de um bem comum. Unidade na diversidade. Por sete anos, a questão ecumênica foi tratada diretamente com a comunidade por meio de sua atuação como pastora da igreja luterana em uma paróquia no interior do Rio Grande do Sul, até que ela foi escolhida a primeira mulher a assumir a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC).

Talvez ela não soubesse, mas a pergunta que fez ao pastor quando jovem já demonstrava que ela possuía também uma outra vocação: a luta pelos direitos das mulheres. Romi não permitiu que o fato de ser mulher se colocasse como um empecilho para se tornar pastora ou atrapalhasse seu trabalho a favor de uma religiosidade mais tolerante.

A formação feminista faz com que hoje ela critique os valores patriarcais presentes nas relações de poder na sociedade brasileira e defenda discussões de gênero tanto nas escolas quanto nas igrejas. “As mulheres têm a sua dignidade, têm os seus direitos, e grupo religioso nenhum, seja ele qual for, pode negar a dignidade, a autonomia e o acesso aos direitos das mulheres”, defende.

Atualmente, são duas as linhas de atuação do CONIC: a promoção da vivência da comunhão e da espiritualidade ecumênica e inter-religiosa e a presença pública em diálogos sobre valores que fundamentam a perspectiva de equidade.

Romi ressalta que o primeiro ponto é fundamental porque hoje em dia vivemos em um contexto de muito fundamentalismo religioso, e a perspectiva ecumênica é necessária para que se difunda a ideia de que “religião não é para promover o ódio, nem pra dividir”. “A religião pode fortalecer valores que priorizem a construção de uma cultura de paz, de tolerância, de menos ódio, de mais aceitação mútua e assim por diante”, explica a pastora.

Mas o segundo pilar ganha destaque porque foi principalmente em função dele que o CONIC começou a atuar na questão da migração. Com o intenso fluxo de migrantes haitianos vindo para o Brasil a partir de 2010, o Conselho decidiu que era importante seu envolvimento no assunto, uma vez que esse é um tema tão caro às igrejas cristãs, já que se mistura até mesmo com a história de Jesus.

Em 2015, surgiu um projeto-piloto intitulado “Imigrantes e Refugiados: Desafios da Casa Comum”, no qual, mais uma vez, foi necessário olhar para dentro, para a religião em si. Em vez de oferecer assistência às pessoas que chegavam aqui – por considerar que o CONIC não tem o conhecimento necessário –, o Conselho escolheu trabalhar a aceitação e o acolhimento dos migrantes com comunidades religiosas para lutar contra o preconceito.

“Com isso, a gente colocou outros pontos que o tema da migração e do refúgio trazem. Por exemplo, a interculturalidade, a xenofobia, a inter-religiosidade, porque cada migrante vem com a sua experiência religiosa ou não, então a gente precisa trabalhar essa diversidade”, conta Romi. O projeto, no entanto, enfrentou dificuldades quando se deparou com casos de xenofobia dentro da própria comunidade. “A gente fez uma primeira experiência que durou um ano, e essa experiência contribuiu para comprovar a nossa suspeita, ou seja, o quão difícil é levar o tema da migração e do refúgio para dentro das igrejas”. “Por que é difícil?”, ela mesma pergunta. E responde: “porque as igrejas são muito autocentradas, então quando têm que se abrir para um trabalho externo, diferente daquilo que estão acostumadas a fazer, elas encontram resistência”.

Abrir as igrejas para a diversidade é a missão de Romi. Nessa tarefa árdua de lutar por um país mais diverso e, ainda assim, mais unido, sobram parceiros, que vão das próprias igrejas até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passando por várias outras iniciativas. “E por aí a gente vai, fazendo caminho ao andar”, resume Romi.



“Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License”